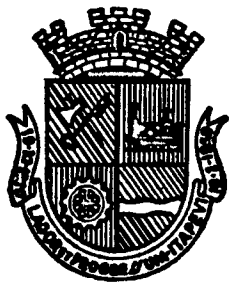


CÂMARA MUNICIPAL

*Autógrafo
nº 027/94*



DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 015/94

PROJETO Nº 015/94

DE LEI

INTERESSADO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ASSUNTO Institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o
Exercício Financeiro de 1.995.

1207/94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 011/94

Itapevi, 18 de abril de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Egrégia Casa, o anexo Projeto de Lei, que institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o Exercício Financeiro de 1995.

A propositura em tela visa estabelecer as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 1995, fixando critérios para elaboração do orçamento anual vindouro e orientando sobre as alterações a serem efetivadas na legislação tributária.

A definição da necessidade do estabelecimento de tais diretrizes está contida no inciso II do artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo a compreensão de seus objetivos estatuída pelo disposto no § 2º do mesmo artigo.

O prazo para apresentação do presente Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias está definido, até entrada em vigor da Lei Complementar a que se refere o artigo 165 acima mencionado, em seu § 9º, I e II, no inciso II do artigo 35 das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.

O Município está obrigado ao cumprimento do prazo e forma estabelecidos pela Constituição Federal na apresentação do Projeto de Diretrizes Orçamentárias por força do disposto no artigo 124 da Lei Orgânica do Município, visto que a Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere à matéria em questão, determinou, para si, até entrada em vigor da citada Lei Complementar, o cumprimento das mesmas normas e prazos, deixando de estabelecer norma ou prazo diferenciado para os Municípios.

Necessário, por oportuno, esclarecer que melhor detalhamento da determinação constitucional tornaria viável trabalho mais amplo e eficaz no estabelecimento das diretrizes orçamentárias, ou seja, a ausência da Lei Complementar inviável maior complexidade na propositura, sob pena de se exceder o Município no estabelecimento de normas de competência superior. Hoje, as áreas jurídicas e financeiras da Administração Pública, inclusive nas esferas estadual e federal, têm, como ponto pacífico de entendimento, que a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias é obrigatória mas seu conteúdo e extensão devem se ater a bases sólidas e não genéricas, de forma a evitar a errônea compreensão da legislação local.

.../...



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

No caso específico do nosso Município, se pode observar que as diretrizes foram estabelecidas de forma a compor o quadro de desenvolvimento socio-econômico especificado no Plano Plurianual 1994/1997, estatuído pela Lei Municipal nº 1.174, de 01 de dezembro de 1993, no que se refere ao exercício financeiro de 1995.

Impende esclarecer, no que se refere às metas estabelecidas, que, conforme consta do inciso I do artigo 2º da propositura, o Município deverá preservar, no alcance do objetivo de desenvolvimento, a realização de obras e serviços de caráter essencial, e, no que se refere a execução de quaisquer obras e serviços, o atendimento prioritário às áreas de higiene e saúde, educação, família e defesa civil.

Em razão do exposto, creio cumprida a determinação constitucional, com definição de diretrizes orçamentárias para o exercício de 1995 plenamente adequadas aos interesses da população itapeviense.

Assim sendo, aguardo o posicionamento dessa Colenda Casa de Leis, no prazo legal determinado para a matéria em pauta, para cumprimento das medidas aprovadas como diretrizes orçamentárias para 1995.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinto apreço.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VALTER FRANCISCO ANTONIO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.

RECEBEMOS
19 / 04 / 94

SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

APROVADO em
Sala das sessões

Presidente

APROVADO em
Sala das sessões

Presidente

A COMISSÃO DE

Sala das sessões

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 015/94

(Institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o Exercício Financeiro de 1995)

JOÃO CARLOS CARAMÉZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 1995, fixa critérios para elaboração do orçamento anual e orienta sobre as alterações a serem efetivadas na legislação tributária.

Art. 2º No exercício financeiro de 1995, a Administração Pública Municipal fará cumprir o Plano Plurianual do período 1994/1997, instituído pela Lei Municipal nº 1.174, de 01 de dezembro de 1993, na medida da disponibilidade apresentada na proposta orçamentária, a qual será elaborada em conformidade com os critérios aqui estabelecidos, devendo observar:

I — Como metas a serem alcançadas, sem prejuízo de obras e serviços de caráter essencial:

a) implantação da política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município, definida pela Lei Municipal nº 1.145, de 03 de junho de 1993;

b) implantação dos programas de caráter sócio-cultural-educativo desenvolvidos pelas Secretarias de Educação e Cultura, Promoção Social e Esportes do Município;

c) elaboração e implantação de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e nova Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;

d) Implantação de obras de saneamento básico em todo o território do Município, com prioridade para os locais de maior densidade populacional, pela SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, concessionária do serviço público da espécie, ou, ainda, mediante autorização do Legislativo, em sistema de parceria Município/SABESP;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

e) execução de obras de infra-estrutura urbana nas vias públicas municipais (implantação, complementação e recuperação de pavimentação e obras correlatas), com prioridade para os locais de maior circulação de veículos e pedestres ou de difícil acesso, mediante utilização de recursos próprios do Município, em sistema de contribuição de melhoria, com recursos obtidos de outras esferas governamentais ou, ainda, mediante convênios firmados com municípios interessados, conforme ordenamento em vigor no Município;

f) implantação, ampliação, substituição e manutenção de redes de iluminação de logradouros, com prioridade para locais ermos e de difícil acesso, conforme contrato de concessão para o serviço da espécie, com a Eletropaulo, ou, ainda, em sistema de parceria, mediante autorização legislativa;

g) Ampliação das redes de Escolas, Pré-Escolas, Creches e Unidades Básicas de Saúde, com repasse de verbas de outras esferas governamentais e contrapartida fornecida pelo Município, mediante convênios firmados com autorização do Legislativo Municipal.

II — Como áreas de atendimento prioritário:

- a) Higiene e Saúde;
- b) Educação;
- c) Família;
- d) Defesa Civil.

Art. 3º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta, devendo ser realizada em conformidade com as disposições relativas à espécie contidas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com suas alterações, na Lei Orgânica do Município de Itapevi, e, ainda, com observância às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária, observar-se-á para que:

I — Os valores da receita e da despesa sejam orçados com base na arrecadação de 1994, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária, não superior a do ano em curso;

II — As obras em execução tenham prioridade sobre novos projetos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

III — As despesas com pagamento de dívida pública, encargos sociais e salários tenham prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Art. 5º As metas estabelecidas no artigo 1º desta Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de lei do orçamento anual.

Art. 6º A Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 1995 fixará o critério de atualização das dotações orçamentárias, a ser aplicado no período, conforme o ordenamento legal em vigor.

Art. 7º O Poder Executivo fará elaborar revisão do Código Tributário do Município, visando corrigir distorções existentes, inclusive de redação, bem como visando nele inserir matérias tributárias constantes de ordenamentos posteriores instituídos no Município, de forma a torná-lo de fácil compreensão e utilização para os munícipes.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 18 de abril de 1994

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 15/

94 - DO EXECUTIVO

Senhor Presidente:-

O Projeto de Lei em epigrafe institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o exercício de 1.995.

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

Quanto ao mérito, trata-se de uma determinação Federal constante da Constituição e Lei Organica dos Municípios, que estabelece inclusive um prazo até o mês de junho para votação por parte do Legislativo. ,

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira

Nery, 09 de agosto de 1.994.-

Comissão I

Dr. Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dr. Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão II

Luerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geonê Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 15/

94 - DO EXECUTIVO

Senhor Presidente:-

O Projeto de Lei em epigrafe institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o exercício de 1.995.

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

Quanto ao mérito, trata-se de uma determinação Federal constante da Constituição e Lei Organica dos Municípios, que estabelece inclusive um prazo até o mês de junho para votação por parte do Legislativo.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira

Nery, 09 de agosto de 1.994.-

Comissão I

Dr. Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dr. Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão II

Lacerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O nº 027/94

(Projeto de Lei nº 015/94 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:-

"Institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o Exercício Financeiro de 1.995."

Art. 1º - Esta Lei estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 1995, fixa critérios para elaboração do orçamento anual e orienta sobre as alterações a serem efetivadas na legislação tributária.

Art. 2º - No exercício financeiro de 1995, a Administração Pública Municipal fará cumprir o Plano Plurianual do período 1994/1997, instituído pela Lei Municipal nº 1.147, de 01 de dezembro de 1993, na medida da disponibilidade apresentada na proposta orçamentária, a qual será elaborada em conformidade com os critérios aqui estabelecidos, devendo observar.

I - Como metas a serem alcançadas, sem prejuízo de obras e serviços de caráter essencial:

a) implantação da política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município, definida pela Lei Municipal nº 1.145, de 03 de junho de 1.993;

b) implantação dos programas de caráter sócio-cultural-educativo desenvolvidos pelas Secretarias de Educação e Cultura, Promoção Social e Esportes do Município;

c) elaboração e implantação de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e nova Lei de Zoneamento de Uso e /



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Ocupação do Solo;

d) Implantação de obras de saneamento básico em todo o território do Município, com prioridade para os locais de maior densidade populacional, pela SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, concessionária do serviço público da espécie, ou, ainda mediante autorização do Legislativo, em sistema de parceria Município/SABESP;

e) execução de obras de infra-estrutura urbana nas vias públicas municipais (implantação, complementação e recuperação de pavimentação e obras correlatas), com prioridade para os locais de maior circulação de veículos e pedestres ou de difícil acesso, mediante utilização de recursos próprios do Município, em sistema de contribuição de melhoria, com recursos obtidos de outras esferas governamentais ou, ainda, mediante convênios firmados com municípios interessados, conforme ordenamento em vigor no Município;

f) implantação, ampliação, substituição e manutenção de redes e iluminação de logradouros, com prioridade para locais ermos e de difícil acesso, conforme contrato de concessão para o serviço da espécie, com a Eletropaulo, ou, ainda, em sistema de parceria, mediante autorização legislativa;

g) Ampliação das redes de Escolas, Pré-Escolas, Creches e Unidades Básicas de Saúde, com repasse de verbas de outras esferas governamentais e contrapartida fornecida pelo Município, mediante convênios firmados com autorização do Legislativo Municipal.

II -- Como áreas de atendimento prioritário:

a) Higiene e Saúde;

b) Educação;

c) Família;

d) Defesa Civil



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 3º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta, devendo ser realizada em conformidade com as disposições relativas à espécie contidas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com suas alterações, na Lei Orgânica do Município de Itapevi, e, ainda, com observância às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária, observar-se-á para que:

I -- Os valores da receita e da despesa sejam orçados com base na arrecadação de 1994, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária, não superior a do ano em curso

II -- As obras em execução tenham prioridade sobre novos projetos;

III -- As despesas com pagamento de dívida pública, encargos sociais e salários tenham prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Art. 5º - As metas estabelecidas no artigo 1º desta Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de Lei do orçamento anual.

Art. 6º - A Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 1995 fixará o critério de atualização das dotações orçamentárias, a ser aplicado no período, conforme o ordenamento legal em vigor.

Art. 7º - O Poder Executivo fará elaborar revisão do Código Tributário do Município, visando corrigir distorções existentes, inclusive de redação, bem como visando nele inserir ma-



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

térias tributárias constantes de ordenamentos posteriores instituídos no Município, de forma a torná-lo de fácil compreensão e utilização para os municípes

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI,

11 de agosto de 1.994.-

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO

Presidente

NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA

1ª Secretária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.207, DE 12 DE AGOSTO DE 1994

(Institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o Exercício Financeiro de 1995)

JOÃO CARLOS CARAMÉZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 1995, fixa critérios para elaboração do orçamento anual e orienta sobre as alterações a serem efetivadas na legislação tributária.

Art. 2º No exercício financeiro de 1995, a Administração Pública Municipal fará cumprir o Plano Plurianual do período 1994/1997, instituído pela Lei Municipal nº 1.174, de 01 de dezembro de 1993, na medida da disponibilidade apresentada na proposta orçamentária, a qual será elaborada em conformidade com os critérios aqui estabelecidos, devendo observar:

I — Como metas a serem alcançadas, sem prejuízo de obras e serviços de caráter essencial:

a) implantação da política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município, de finida pela Lei Municipal nº 1.145, de 03 de junho de 1993;

b) implantação dos programas de caráter sócio-cultural-educativo desenvolvidos pelas Secretarias de Educação e Cultura, Promoção Social e Esportes do Município;

c) elaboração e implantação de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e nova Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

d) implantação de obras de saneamento básico em todo o território do Município, com prioridade para os locais de maior densidade populacional, pela SABESP Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, concessionária do serviço público da espécie, ou, ainda, mediante autorização do Legislativo, em sistema de parceria Município/SABESP;

e) execução de obras de infraestrutura urbana nas vias públicas municipais (implantação, complementação e recuperação de pavimentação e obras correlatas), com prioridade para os locais de maior circulação de veículos e pedestres ou de difícil acesso, mediante utilização de recursos próprios do Município, em sistema de contribuição de melhoria, com recursos obtidos de outras esferas governamentais ou, ainda, mediante convênios firmados com munícipes interessados, conforme ordenamento em vigor no Município;

f) implantação, ampliação, substituição e manutenção de redes de iluminação de logradouros, com prioridade para locais ermos e de difícil acesso, conforme contrato de concessão para o serviço da espécie, com a Eletropaulo, ou, ainda, em sistema de parceria, mediante autorização legislativa;

g) ampliação das redes de Escolas, Pré-Escolas, Creches e Unidades Básicas de Saúde, com repasse de verbas de outras esferas governamentais e contrapartida fornecida pelo Município, mediante convênios firmados com autorização do Legislativo Municipal.

II — Como áreas de atendimento prioritário:

a) Higiene e Saúde;

b) Educação;

c) Família;

d) Defesa Civil.

Art. 3º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta, devendo ser realizada em conformidade com as disposições relativas à espécie contidas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com suas alterações, na Lei Orgânica do Município de Itapevi e, ainda, com observância às diretrizes estabelecidas nesta Lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária, observar-se-á para que:

I — Os valores da receita e da despesa sejam orçados com base na arrecadação de 1994, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária, não superior a do ano em curso;

II — As obras em execução tenham prioridade sobre novos projetos;

III — As despesas com pagamento de dívida pública, encargos sociais e salários tenham prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Art. 5º As metas estabelecidas no artigo 1º desta Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de lei do orçamento anual.

Art. 6º A Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 1995 fixará o critério de atualização das dotações orçamentárias, a ser aplicado no período, conforme o ordenamento legal em vigor.

Art. 7º O Poder Executivo fará elaborar revisão do Código Tributário do Município, visando corrigir distorções existentes, inclusive de redação, bem como visando nele inserir matérias tributárias constantes de ordenamentos posteriores instituídos no Município, de forma a torná-lo de fácil compreensão e utilização para os munícipes.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 12 de agosto de 1994

JOÃO CARLOS CARAMÉZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAN
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.207/94

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 12 de agosto de 1994.


JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete